

UMA CIDADE SEM MUSEU: CAPITAL CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM ARAGUAÍNA/TO

A CITY WITHOUT A MUSEUM: CULTURAL CAPITAL AND SOCIAL DEVELOPMENT IN ARAGUAÍNA/TO

Walace Rodrigues¹
Kerley Fernandes Duarte de Oliveira²
Giliana Zeferino Leal Mendes³

Resumo: Este artigo trata da expansão do capital cultural da cidade de Araguaína/TO por meio da criação de uma instituição museológica. Nossa pesquisa para esse trabalho foi bibliográfica (como técnica de pesquisa) e de cunho qualitativo. Utilizamos a articulação entre as teorias sobre capital cultural, desenvolvimento social e as legislações que deliberam em relação à implantação de museus em municípios, na perspectiva de observação da cidade de Araguaína. Vemos que o desenvolvimento cultural pode ser impactado pela ausência de políticas públicas que inserem socialmente, as instituições com finalidade de preservar e manter o patrimônio histórico-cultural da cidade.

Palavras-chave: Museu; Araguaína; Capital cultural; Desenvolvimento social.

Abstract: This paper deals with the expansion of the cultural capital in the city of Araguaína/TO through the creation of a museum institution. Our research for this paper was a bibliographical one (as a research technique) and of qualitative character. We used the articulation between theories about cultural capital, social development and the legislations that deliberate in relation to the implantation of museums in municipalities, with a special observation to the city of Araguaína. We see that cultural development can be impacted by the absence of public policies linked to the creation of a museum in the city.

Keywords: Museum; Araguaína; Cultural capital; Social development.

Introdução

Esta pesquisa tem o propósito de costurar algumas teorias para construir um aparato que nos mostre como a falta de museu em uma cidade pode influenciar o desenvolvimento social

¹ Doutor em Humanidades pela Universiteit Leiden (Países Baixos), professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, e-mail: walacewalace@hotmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9082-5203>.

² Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO, Campus Paraíso), e-mail: kerley.oliveira@ifto.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1942-7405>

³ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDire/UFT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8740-7177> E-mail: giliana-zl@hotmail.com

dos moradores locais. Pensamos na importância do museu como instituição cultural, de apoio educacional e de desenvolvimento social para o município.

A literatura pesquisada nos mostra que a educação e a cultura constituem as bases da mudança social e a prevenção de mazelas causadas pelas desigualdades socioeconômicas nas grandes cidades. E, também, que a construção de parques (lugares do lazer) e centros culturais (lugares do pensar) e a viabilização do acesso a esses ambientes são primordiais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que nelas habitam.

Nossa questão de pesquisa é: Seria a implantação de um museu em Araguaína - TO uma oportunidade para viabilizar uma rede de relações de conhecimentos para aumentar o capital cultural de seus usuários, visando um desenvolvimento social pautado na cultura crítica? Nessa perspectiva, os procedimentos metodológicos foram organizados numa pesquisa qualitativa e apoia-se em uma técnica bibliográfica para deixar ver como os museus são instituições necessárias a uma sociedade, tendo como categoria de pesquisa o estudo de caso.

Alicerçados em Pierre Bourdieu para justificar a importância do capital cultural e em Amartya Sen para inferirmos sobre desenvolvimento social, conduzimos esta pesquisa na tentativa de apontar uma visão crítica sobre a relação homem / objeto / espaço e formação de patrimônio cultural a partir da formação simbólica de memória (histórica, social, pessoal etc.), sempre percebida como importante elemento educativo.

Nossas escolhas em fundamentar este artigo com as bases em Bourdieu e em Sen refere-se a uma tentativa de relacionar a força dos aspectos simbólicos a aquelas dos aspectos reais da vida a partir do caráter cultural e histórico de tudo com o que lidamos.

Há aqui uma visão humanista de entendimento de que “nem só de pão vive o homem”, mas de que a materialidade discursiva das linguagens (seja ela qual for) em diferentes áreas de produção simbólica, cultural, social e histórica do conhecimento humano nos constitui como sujeitos. Daí uma das necessidades de fomentar uma instituição museal que trate de contar a história da cidade de Araguaína com as muitas implicações que esta história tem para nós, seus habitantes.

Vale ressaltar, também, nossa preocupação acadêmica em levantar uma reflexão sobre a necessidade de espaços de preservação da memória histórico-cultural que vêm de encontro à falta de um museu em Araguaína (a segunda maior cidade do estado do Tocantins, conhecida como polo econômico do estado e provida de poucos locais de acervo cultural).

Neste contexto, verificamos a necessidade de implantação de instituições que preservem a memória cultural de uma comunidade. Ainda, pensando capital cultural que um museu pode

estender a uma sociedade, nos atemos à instrução normativa que versa sob a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, mais conhecida como o Estatuto de Museus, instruindo sobre a necessidade de sistematizar, organizar e efetivar os museus pelo Brasil.

Discorreremos, também, sobre o contexto histórico da cidade de Araguaína. E como a cidade abarca uma população excluída, que, em muitos casos, nem conhece o centro da cidade onde vive. Araguaína é hoje um centro urbano com aproximadamente cento e setenta mil habitantes, constituindo-se como um polo comercial que atende as demandas da sociedade local e daquela que compõe o seu entorno.

Neste contexto, podemos elencar que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam, exclusivamente, pelo sistema de mercado. O crescimento econômico é uma variável essencial para as dinâmicas da cidade, porém não suficiente para ensejar o desenvolvimento local.

Ainda, a necessidade da interiorização dos museus se mostra também na precarização ao acesso à informação e à cultura, que podem resultar em pessoas desprovidas de habilidades que só a partir do contato com o capital cultural pode ser desenvolvido. Desta feita, abordamos, ainda, a importante função social e educativa do museu para com a sociedade. Sendo essa instituição um espaço de memória, de encontros, de comunicação e de socialização. A preservação histórica e cultural trazida pelos museus pode ser um contributo social relevante para Araguaína.

Com a Constituição Federal de 1988, que legisla sobre a implantação e implementação dos museus nos municípios brasileiros, houve um maior aporte legal a essas instituições, mas a implantação de museus em cidades médias e interioranas como Araguaína – TO ainda segue como problemática. Enfim, faz-se urgente a implantação de um local onde nosso capital simbólico pode ser aumentado, com todos os ensinamentos e aprendizados provenientes de uma visita a uma instituição museal.

1 Sobre capital cultural e o desenvolvimento social e econômico

Um dos maiores teóricos que conceituou o capital cultural, relacionando-o ao desenvolvimento social e econômico, foi Pierre Bourdieu. Esse sociólogo francês se dispôs a pensar a sociedade e seus meios de reprodução de valores. Segundo Bourdieu, um dos meios mais eficazes para o autor utilizado pelo homem é a dominação do povo. Nesse contexto:

[...] qualquer tipo de capital percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e de divisão, os sistemas de classificação, os esquemas

classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital do campo considerado (Bourdieu, 1996, p. 149).

A partir da definição de Bourdieu (1996), podemos verificar que o capital simbólico pode ser econômico, cultural, escolar ou social. E como todo capital, só há dois caminhos, ou você tem ou o adquire. Nesse sentido, o capital cultural que um museu pode oferecer a uma população é único e detentor de um sentido simbólico próprio para os sujeitos locais.

Os conhecimentos provenientes de uma visita a uma instituição museal local podem enriquecer sobremaneira o capital cultural de cada visitante, o que também para seu desenvolvimento pessoal. Pois tal espaço faz-nos perceber o quanto necessitamos do conhecimento e de seus desdobramentos críticos. Todas as transformações socioculturais derivadas em um museu podem nos trazer ensinamentos únicos que somente através de uma visita a determinada instituição podemos adquirir.

Podemos, por exemplo, compreender melhor a história do Brasil visitando o Museu da República (Palácio do Catete), no Rio de Janeiro. Desde lá o presidente Getúlio Vargas governou o país e lá ele cometeu suicídio. A história se faz presente num museu, as memórias parecem estar vivas num museu, instigando-nos a pensar. E uma visita a um museu enriquece-nos de um capital simbólico (cultural e pessoal) que ninguém pode nos tirar.

Se as comunidades mais “carentes” não detêm instituições museais, instala-se aí um problema cultural que não pode ser facilmente mensurado. Pois as pessoas dessas comunidades são excluídas de capital cultural que lhes fará imensa falta amanhã. Essa falta de capital cultural corrobora com a ideia de exclusão social de Amartya Sen. Ele nos diz, ampliando o conceito de exclusão social, que a pobreza vai além da falta de recursos financeiros:

[...] a pobreza deve ser vista em termos de vida pobre, e não apenas como baixa renda (e "nada mais"). A renda pode ser o meio mais importante para uma vida boa e sem privações, mas não é a única influência na vida que podemos levar. Se nosso maior interesse está na vida que as pessoas podem levar - a liberdade que têm para levar vidas minimamente decentes -, então não pode deixar de ser um erro concentrar-se exclusivamente em um ou outro dos meios para tal liberdade. Devemos olhar para as vidas empobrecidas e não apenas para as carteiras esgotadas (Sen, 2000, p. 3).

Dessa forma, pensando segundo a concepção de Sen (2000), a falta de uma instituição museal na cidade de Araguaína (apesar de sua aclamada prosperidade) é indício claro de exclusão social e de privações culturais. A cidade não contempla essa instituição, apesar de no Decreto-Lei n. 25 (Brasil, 1937) estar previsto a construção de museus, “tantos quantos se tornarem necessários, devendo, outrossim, providenciar no sentido de oferecer assistência à

instituição de museus estaduais e municipais com finalidades similares”.

Também, é válido aqui apresentar o que diz Amartya Sen (2010, p. 55) sobre o desenvolvimento: que ele é também “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Sen ainda explica-nos sobre os dois papéis da liberdade no processo de desenvolvimento:

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva constitutiva, **o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas**, e sua avaliação tem de basear-se nessa consideração (Sen, 2010, p. 55, grifo nosso).

Nessa perspectiva, podemos refletir que os museus podem estar ligados ao desenvolvimento social e a sua falta pode gerar maiores obstáculos para se acessar um capital cultural a que poucos araguanenses têm acesso (frequentar instituições culturais fora da cidade, nos grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília etc. e até mesmo no exterior). Visto que o ambiente museal se configura como um local adequado à apropriação de saberes, por ser estruturado para manter registros históricos e também promover eventos atuais, sua falta revela, também, a partir do pensamento de Sen, um cerceamento de liberdades aos sujeitos.

Além de museus, a cidade não tem galerias de arte, uma biblioteca pública em condições decentes de uso e de salvaguarda adequada das publicações e objetos ali colocados, entre outros claros problemas que demonstram exclusão social pela sua vertente artístico-cultural.

Ainda, não podemos nos esquecer da vocação educacional dos museus, pois eles são lugares de ensino e de aprendizagens ímpares e importantes para a valorização do local, auxiliando no sentimento de pertencimento a determinada comunidade ou grupo social. Novamente utilizamo-nos de Sen (2000) para mostrar que a falta de oportunidades educacionais pode levar, também, a um comprometimento participativo no processo econômico:

As capacidades básicas para levar uma vida com liberdade elementar tendem a ser gravemente comprometidas, mantendo grandes partes da população fora das oportunidades educacionais e, além disso, essas exclusões também contribuem para tornar o processo de crescimento econômico menos participativo em algumas regiões (Sen, 2000, p. 35).

Assim sendo, a falta de instituições artístico culturais (como museus, galerias de arte, bibliotecas públicas, teatros públicos etc.) pode levar a vulnerabilidades não somente

educacionais e simbólicas, mas também econômicas. Tais instituições podem atrair público vindo de outras localidades para a cidade, fomentando ingressos econômicos para o turismo, o setor de alimentação e hospedagem, por exemplo.

Se pensarmos que o capital cultural dos museus, assim como nos informou Bourdieu (1996), relaciona-se à estrutura de distribuição de capital, a ausência de tal capital sinaliza para uma vulnerabilidade e uma exclusão que, efetivamente, reverberarão em outros campos.

As bibliotecas, os museus, os parques, os centros de convenções como espaços públicos, entre tantos outros espaços, fornecem um lugar compartilhado onde pessoas de várias classes, etnias, religiões e culturas podem, de forma heterogênea, praticar a troca de saberes. Milani nos informa que:

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vista sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global) (Milani, 2004, p. 96).

Assim, a implantação e implementação de museus nos municípios medianos e interioranos, com os incentivos trazidos pela Constituição Federal de 1988, buscam oportunizar à população local uma melhor qualidade de vida através do acesso aos capitais culturais e educacionais. Nesse sentido, os museus se desvelam como excelentes instituições para o aporte de mais desenvolvimento social.

2 A história dos museus no Brasil e as políticas públicas para a implantação de museus

Para compreender o processo de implantação dos museus no Brasil, precisamos pensar sobre a relação entre o público e os ambientes museais. A partir deste viés, é possível indagar como as pessoas que pertenciam a um grupo com um padrão escolar superior se apropriaram destes espaços. Neste sentido, podemos questionar se esses espaços foram concebidos para um público específico. Inquirindo, também, como esses espaços se colocam como excludentes por sua configuração de luxo, intelecto, estética e venda de imagem que não é para a apreciação da população menos favorecida financeiramente. O objetivo aqui é compreender os museus enquanto espaço público, educativo e, acima de tudo, como ambiente de valorização de memórias. De acordo com o Estatuto dos Museus, museus são:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de

preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Brasil, Lei 11.904/2009, Art. 1º).

A partir de um olhar mais histórico, podemos dizer que o processo de formação dos museus no Brasil teve seu início a partir do século XVIII, sendo o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a primeira instituição museal do Brasil. Assim nos conta Martins:

O Museu Nacional é uma das mais antigas instituições culturais e educacionais do Brasil, e foi criado como Museu Real, em seis de Junho de 1818. Anteriormente o espaço do Museu Real abrigava a Casa de História Natural, criada em 1784, popularmente conhecida como Casa dos Pássaros. Fundada pelo Vice-Rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, a Casa dos Pássaros tinha a função de preparar produtos naturais e adornos indígenas para serem enviados a Portugal, com a intenção de compor os museus de Coimbra e Lisboa (Martins, 2015, p. 27).

Fatos que impulsionaram a construção desses ambientes ocorreram na Europa, como as grandes descobertas de povos distantes pelos arqueólogos e o voraz desejo dos colecionadores de curiosidades.

Martins (2015) afirma que, na Europa estimulava-se a criação de modelos institucionais, entre eles os museus, que atendessem às questões ligadas à história natural e ao passado de outras sociedades. Existia a necessidade de construir espaços destinados e dedicados às ciências naturais. Tal momento favoreceu, também, a criação de museus na América Latina e nos Estados Unidos.

[...] a trajetória dos primeiros museus brasileiros é marcada por duas fases históricas. A primeira, que se estende das últimas décadas do século XVIII, a Casa dos Pássaros e, depois, a partir de 1818, o Museu Nacional do Rio de Janeiro atuaram sozinhos no país como instituições museológicas. E a segunda fase, que se inicia no final dos anos de 1860, quando novos museus se organizam nas províncias e reúnem no seu acervo não só coleções de ciências naturais, etnográficas e arqueológicas, mas também históricas e artísticas (Martins, 2015, p. 28).

Martins (2015) também esclarece que a “Casa dos Pássaros”, manteve por pouco tempo sua atividade de guardar as peças que vinham e iam para Portugal, pois, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, este local, por volta de 1812, foi derrubado para a implantação do prédio do Erário. Tendo todos os seus objetos endereçados e mantidos guardados na Academia Militar do exército português.

Outro fator que contribuiu para a não reconstrução desse local foi à transferência da Corte para o Rio de Janeiro. E a corte tomou uma série de medidas culturais para transformar a antiga colônia em nova sede da Monarquia. Martins (2015) explica que o projeto de

modernização do Brasil incluía, nas primeiras décadas do século XIX, a implantação de museus e a criação de jardins botânicos.

Em 1818 foi construído o Museu Real do Rio de Janeiro. Sua função era identificar os produtos naturais da fauna e da flora brasileira para o desenvolvimento de estudos nos campos das Ciências e das Artes. Seguindo as regras da época, uma rede de museus provinciais abastecia o museu central.

Martins (2015) diz-nos, também, que cada região e seu governo tinham a responsabilidade de organizar suas coleções completas de todos os produtos de sua região, enumerando as séries, das quais uma seria enviada para o Rio de Janeiro e a outra depositada em um Gabinete de História Natural Local, que reuniria apenas os produtos de cada região.

Ao Museu Real cabia à responsabilidade de organizar um catálogo e um inventário geral com os produtos recebidos. [...] No final da década de 1830 o Museu Real amplia suas coleções e as distribui por oito salas. [...] Em 1842, o Museu Nacional é dividido em quatro seções, sendo que cada uma das seções era chefiada por diretores diferentes: a primeira, de Anatomia e Zoologia, a segunda, de Botânica e Artes, a terceira, de Mineralogia e Ciências Físicas, e a quarta de Arqueologia. [...] Em 1871, foi criado o Museu Paraense Emilio Goeldi, em 1876 é criado o Museu Paranaense de Aclimação em Curitiba. No Rio de Janeiro, em 1879, foi fundado o Museu Agrícola Industrial Imperial, também no Rio, por volta de 1880 criou-se o Museu Escolar Nacional. Em 1883, no Amazonas, é fundado o Museu Botânico do Amazonas. Em 1894, o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é fundado e, no mesmo ano em São Paulo, foi organizado o Museu Paulista (Martins, 2015, p. 29).

Ainda conforme Martins (2015), no final do século XIX e início do século XX, os museus brasileiros começam a desenvolver pesquisas científicas. Botânica, Biologia, Geologia e Mineralogia se tornaram o foco dos estudos nos espaços museais, ganhando destaque nacional e internacional. No final do século XIX, o Museu Nacional é transferido para o Palácio da Quinta da Boa Vista, antiga residência do Imperador D. Pedro II.

Nesse contexto, Martins (2015) informa que o museu começou a ser visto como um importante complemento do ensino escolar, dedicando-se a seu papel educativo. As exposições passaram a ter um caráter didático, diferente das coleções de estudo.

Também, o Regimento de 1958 criou nos museus um espaço de pesquisa, ensino e divulgação científica. Tal regimento ressaltava as visitas guiadas com tempos e percursos definidos, a ampliação da divulgação dos meios de comunicação do museu, a preparação de coleções para as escolas e obras de restauração em toda infraestrutura do ambiente.

No ano de 2003 foi criada a “Política Nacional de Museus” visando promover os locais para manutenção do patrimônio cultural brasileiro, oportunizar e incentivar a fruição desse patrimônio, que pode ser um dispositivo de inclusão social e cidadania. Nesse documento de

criação da Política Nacional de Museus também está inserida a importância de promover o acesso às instituições museais, como aponta Ollaik (2012):

Há forte preocupação com democratização das oportunidades de acesso a museus e a bens culturais em geral. A Constituição Federal menciona no artigo 3º que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil reduzir as desigualdades sociais e regionais. Também menciona a questão do acesso à cultura primeiramente no artigo 23 ao dizer que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; e depois no artigo 215 que determina que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (Ollaik, 2012, p. 20).

A efetivação da Política Nacional de Museus foi assim organizada, conforme aponta Ollaik (2012):

A Política Nacional de Museus apresenta sete eixos programáticos, que norteiam as ações a serem desenvolvidas: 1) Gestão e configuração do campo museológico, 2) Democratização e acesso aos bens culturais, 3) Formação e capacitação de recursos humanos, 4) Informatização de museus, 5) Modernização de infraestruturas museológicas, 6) Financiamento e fomento para museus e 7) Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos (Ollaik, 2012, p. 21, *apud* Brasil, 2003).

Neste âmbito do dispositivo legal, destacamos como relevante para este estudo os itens que orientam sobre a importância da instituição museológica como um centro que promove ações educativas. Percebemos que o ato de conhecer o patrimônio cultural do seu contexto social coaduna com o pleno desenvolvimento do capital cultural das pessoas de uma sociedade.

No ano de 2009 foi criado “O Instituto Brasileiro de Museus” (IBRAM) pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Uma nova autarquia IBRAM, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), sucedeu o “Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais. No ano de 2011 foi lançado o cadastro de todos os museus do Brasil, conforme consta no “Guia dos Museus Brasileiros”. Sobre tal guia, temos que:

Seu projeto editorial foi desenvolvido com o objetivo de conferir aos cidadãos uma publicação que indicasse facilmente as direções, e que, ao mesmo tempo, fosse capaz de oferecer informações fundamentais sobre as práticas e serviços dos museus brasileiros. Dessa forma, pretendemos estimular a visitação, seja ela presencial ou virtual, mas também o conhecimento e a apropriação das mais de 3.000 instituições museológicas brasileiras (Brasil, 2011, s/p)

Dispomos, também, do “Estatuto dos Museus”, implementado pela Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e que regulamenta esse tipo de instituição cultural que tal lei trata da caracterização de um museu, dos princípios fundamentais, dos vínculos de fomento, dos bens que são de interesse público ou não, da caracterização dos bens que se enquadram como

elementos culturais, da missão de promover ações educativas, das ações comunicacionais que divulgam os bens depositados nos museus e do dever de elaborar um plano de ações que incentivem a educação cultural e a pesquisa.

Assim, nasce a necessidade de refletirmos sobre a realidade da cidade de Araguaína e a ausência de uma instituição que guarda, amplia e expõe o acervo de patrimônios materiais e imateriais que são relevantes para essa cidade e sua população, contribuindo sobremaneira para o aumento do capital simbólico e do desenvolvimento sociocultural de seus habitantes.

3 A cidade de Araguaína e a falta que um museu faz

A cidade de Araguaína, conforme explica Pereira (2013), é o principal município do Estado do Tocantins. O início do seu povoamento data de 1866, com a chegada de agricultores procedentes do Piauí, liderados por Tomaz Batista. Esses primeiros habitantes se dedicaram ao cultivo do café às margens do rio Lontra. Nessa localidade nasceu o povoado que viria a ser denominado de Lontra, subordinado juridicamente e administrativamente ao município de São Vicente do Araguaia.

Posteriormente, coube ao município de Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis, administrar o povoado. Em 1960 com a implantação da BR Belém – Brasília (BR-153), a economia do município começou a desenvolver-se com dinamismo, apoiada nas atividades do setor primário, principalmente pela pecuária.

Pereira (2013) explica que a partir daí houve um processo de migração das populações que habitavam as margens dos rios Tocantins e Araguaia, ocorrendo, assim, uma mudança substancial nessa nova ordenação. Desta maneira, Araguaína passou por transformações importantes após a construção de Brasília, da BR-153 e da criação do Estado do Tocantins (em 1989).

A cidade cresceu de forma desorganizada e desorientada, marcada pela atuação ineficiente do poder público. As normas técnicas e urbanísticas para o perfeito crescimento e desenvolvimento da cidade não foram atendidas, fatos esses relatados por Pereira (2013, p. 132).

Araguaína é hoje um polo comercial que atende às demandas da sociedade local e daquela que compõe o seu entorno. Oferece também serviços médicos, contando com hospitais particulares, regionais e municipais e clínicas que realizam exames diversos. Os moradores são pessoas de várias áreas do Brasil e que trouxeram para a cidade suas culturas.

O Município de Araguaína está inserido na Amazônia Legal, estando situada a

aproximadamente 380 km da capital Palmas. Localizada na região Norte do Estado do Tocantins, é considerada a segunda maior em quantitativo populacional do seu estado, com aproximadamente 171.301 habitantes (IBGE, 2022). Se autointitulando a “capital econômica do estado” e é também conhecida como a “capital do Boi Gordo”. Araguaína tem uma representatividade econômica bastante relevante dentro do estado.

As produções artísticas em suas diversas linguagens (tais como a dança, a música, o teatro, as artes visuais, entre outras) não dispõem de local apropriado para serem expostas e apresentadas. Os poucos espetáculos artísticos e culturais acontecem em espaços como praças ou no Parque Ecológico, a exemplo do Parque Ecológico Cimba, necessitando se adaptarem às especificidades de cada lugar.

Também, os poucos espaços artísticos da cidade estão em locais fechados e particulares, onde o acesso é controlado e onde somente a elite da cidade é convidada a participar. Dispomos para apresentações eventuais do auditório da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) e da Faculdade Católica Dom Orione (FACDO). Hoje em dia, há duas escolas estaduais com boas salas de apresentação e com capacidade para abrigar espetáculos médios, mas também estes espaços são fechados e controlados.

Ainda, Araguaína carece de locais que tenham o registro de sua história e que possibilitem às gerações futuras conhecerem sua origem. Como afirma Pereira (2013):

Se a cidade, de uma maneira geral é o local onde acontecem as transformações socioespaciais, concomitantemente aos ajustes técnicos, políticos, ideológicos, culturais, éticos e estéticos, além de estar assentada em um espaço físico, ela, com certeza, vive heterogeneamente com o tempo e o próprio espaço de sua construção enquanto tal. Logo, Araguaína não é diferente. Sua paisagem urbana tem embutida em si, uma carga histórica, emocional, simbólica, etc. que a caracteriza e a diferencia das demais (Pereira, 2013, p. 132).

Vale informar que a cidade de Araguaína teve seu espaço urbano constituído por ruas estreitas, mas podemos destacar ruas importantes para a cidade, como a Avenida José de Brito, trechos da Avenida Filadélfia, trechos da Marginal Neblina e a Avenida Via Lago.

Na cidade há poucas livrarias e que detêm um acervo muito reduzido para ofertar leituras de qualidade para a população que pode comprar livros. Essas poucas livrarias que existem atendem à população com o poder aquisitivo mais elevado da cidade.

Refletindo sobre essa realidade, podemos perceber que a cidade reflete a cultura de seu povo, como cometa Pereira (2013). Assim, a pouquíssima oferta de ambientes culturais e artísticos revela-se na pouca busca pelo capital cultural que esses ambientes oferecem:

A paisagem urbana de Araguaína, como de qualquer lugar do mundo é reflexo da cultura de seu povo. Logo, de acordo com essa cultura é que a construção paisagística da cidade será construída, evidenciando também o processo histórico, as técnicas disponíveis e a própria economia do local também. Por outro lado, quando o governo participa legislando e executando as leis técnicas e urbanísticas de uma cidade qualquer, faz a diferença para melhor. Quer dizer, em nosso país se criou uma cultura de que toda e qualquer problemática que existe em qualquer lugar é de responsabilidade do poder público, no entanto, em alguns setores o poder público divide a culpa com a população em relação aos problemas enfrentados (Pereira, 2013, p. 134).

No entanto, um povo que não conhece sua história não consegue dar conta de seu futuro. Por isso, uma instituição museológica que conte a história da cidade de Araguaína, guardando bens materiais e imateriais relevantes de serem preservados e divulgando saberes é uma demanda urgente para a cidade.

Ante o exposto, cabe refletirmos sobre a falta de um museu, ou um local destinado a conservar e expor o patrimônio e a história de Araguaína, permitindo que as gerações futuras identifiquem-se com seu local, reconheçam-se e tenham um sentimento de pertencimento e orgulho local. Além disto, uma instituição museal pode ser uma fonte de estudos e pesquisas para os grupos interessados, fomentando educação crítica para sua população.

4 Análises e discussões

Nossas reflexões começaram a partir da relevância de um museu e de um apanhado histórico sobre os primeiros museus no Brasil e legislação que os regula e fomenta. A partir daí, passamos a explicar um pouco sobre a cidade de Araguaína e a ausência de espaços artísticos e culturais na referida cidade. Em seguida, buscamos refletir sobre o capital cultural de uma cidade e sua relação com o desenvolvimento humano de seus habitantes a partir de um enriquecimento simbólico de suas experiências de memória, de valorização histórica, de pertencimento e educativas.

Se tomamos o patrimônio cultural de uma comunidade como sendo seu o conjunto dos fazeres, saberes, práticas, expressões e sua produção material e imaterial que remetem à história, à memória e a sua identidade. Poderemos verificar que um museu pode armazenar toda essa gama de patrimônios e colocar-se como uma instituição de relevância cultural, educativa e social dentro de, em nosso caso, Araguaína.

Nesse sentido, uma instituição tão importante quanto um museu pode participar ativamente no desenvolvimento humano e social de uma cidade. É, portanto, dentro dessa visão que compreendemos a necessidade de uma instituição museal para uma comunidade e

verificamos as vulnerabilidades que a ausência de tal instituição pode causar.

Pensando a partir da concepção de Sen (2011) de “desenvolvimento como liberdade”, podemos verificar que a ausência de uma instituição museal em Araguaína inviabiliza o pleno desenvolvimento humano da população da cidade, pois a exclui de aprendizados que somente uma experiência museal pode oferecer enquanto valor humano substancial. De acordo com Sen (2011):

O desenvolvimento consiste na remoção de vários tipos de faltas que deixam as pessoas com poucas opções e pouca oportunidade de exercer sua agência racional. A remoção de valores substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento (Sen *apud* Kang, 2011, p. 364).

É somente quando perdemos um museu, como no caso do incêndio de parte do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, que compreendemos a falta que um museu e seu acervo nos fazem e o grande valor de seu acervo.

Argumentamos, assim, que a falta que um museu faz na cidade de Araguaína não pode ser sanada por qualquer outro tipo de instituição pública ou particular, pois as especificidades educacionais, culturais e sociais de um museu não podem ser supridas por outras instituições. A criação de um museu em Araguaína não somente seria um atrativo turístico a mais para a cidade, mas fomentaria empregos e interesse pela cidade, auxiliando na atratividade de Araguaína como um polo de investimento, desenvolvendo não somente fatores econômicos da cidade, mas também sociais, históricos, identitários etc. Tal iniciativa de criação de uma instituição museal pode fomentar aspectos de cidadania, de dignidade, de pertencimentos culturais, políticos e sociológicos, entre tantos outros.

Ainda, preocupar-se com os bens patrimoniais e culturais é uma questão essencial para a qualificação da sociedade como um todo. Apesar de a legislação brasileira ser bastante ampla nesse sentido, ela ainda não se efetiva na prática, pelo menos no caso de cidades interioranas brasileiras de médio e pequeno porte, como em Araguaína.

Também, devemos entender o patrimônio cultural como um bem, não só de interesse público, mas no intuito de mobilizar a comunidade para a necessidade de preservá-lo e qualificá-lo através da educação e da prática cidadã. Isso é fundamental para a qualificação da comunidade. Pois o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com o crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente cultural e natural onde elas se acham e permanecem.

Em síntese, considerar o desenvolvimento local a partir das instituições artísticas e culturais pressupõe uma transformação consciente de sua realidade. Suas implicações se apresentam pela implicação coerente entre a geração presente e a futura, e, neste aspecto, o ambiente local é quem assume fundamental importância. O aspecto mais relevante do desenvolvimento local é aquele que implica sua articulação entre diversos atores, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e públicas (entre elas a escola, o museu, a biblioteca etc.), sendo que cada um desses atores tem papel fundamental no fortalecimento do desenvolvimento local.

Considerações finais

Enquanto considerações finais deixamos aqui uma compreensão de que instituições artísticas e culturais servem-nos enquanto forças que podem aumentar nosso capital cultural. Como compreendemos que conhecimento também traz força e poder, podemos dizer que uma instituição museal, para além da conservação de objetos, saberes e fazeres, pode influenciar diretamente no desenvolvimento social de uma comunidade.

Em nosso caso, verificamos a falta que um museu nos faz na cidade de Araguaína. Um museu nos servirá como um espaço de memória, de encontros, de comunicação, de educação e de socialização importante.

Além disto, a presença de um museu em Araguaína pode auxiliar nas atividades educativas por meio de programas e projetos educacionais; na realização de *workshops*; na promoção de atividades variadas que promovam a apreciação das artes, da história e da cultura da cidade (cf. Rodrigues, 2012); nas atividades ligadas ao turismo local; na promoção de uma identidade cultural própria da cidade e da região; enfim, numa gama de atividades para a comunidade araguainense, para que esta possa participar das múltiplas atividades oferecidas e tenha acesso (físico e econômico) a uma variedade de eventos que podem ser promovidos por uma instituição tão relevante quanto um museu.

Lembramos que passamos por um período tenebroso de dois governos federais (de 2016 até 2022) de negação dos conhecimentos das ciências e da desvalorização das artes e das culturas dos grupos sociais mais fragilizados historicamente (como pretos, indígenas, LGBTQIA+, entre outros). Assim, uma instituição cultural como um museu na cidade de Araguaína auxiliaria no enriquecimento simbólico e cultural (Bourdieu) e no desenvolvimento (Sen) dos cidadãos araguainenses.

Ainda, informamos que uma associação foi criada em 2023 para a criação e execução

de uma instituição museal em Araguaína. O nome de tal entidade é Associação Amigos do Museu de Araguaína/TO (AAMAR)⁴ e tem como intuito preservar a cultura, a identidade e a memória da cidade. Esperamos que o projeto vá adiante e que tenhamos um museu de qualidade na cidade.

Concluimos, portanto, que a história do nosso povo se perde por não termos um local adequado para armazenar nossos registros materiais e imateriais. Essa ausência faz com que a população se torne menos crítica, com menos conhecimentos sobre seu lugar e seu povo, além de diminuir drasticamente seu capital cultural, evidenciando exclusões sociais e afetando diretamente o desenvolvimento social das pessoas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Brasil). *Guia dos Museus Brasileiros*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Acesso em: 20/11/2018. Disponível em:

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_norte.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009. *Estatuto de museus*. Disponível no site:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRITO, Joaquim Pais de. O museu entre o que guarda e o que mostra. In: *Museus, discursos e representações*. Coord. Alice Semedo e J. Teixeira Lopes, 149-161. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Censo 2022*. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>. Acesso em: 25 abr. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Panorama das Cidades Brasileiras: Araguaína – TO*. Dados publicados em 2017. Disponível no em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>. Acesso em: 18 nov. 2018.

KANG, Thomas H. Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen. *Revista de Economia Política*, v. 31, n° 3 (123), p. 352-369, julho-set/ 2011. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000300002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/zGZt8KxdRrY5NkphjHrZckb/abstract/?lang=en#>. Acesso em: 15 jun. 2024.

⁴Ver Instagram da AAMAR: https://www.instagram.com/associacao_amigos_do_museu

MARTINS, Thiago Lucas Rodrigues. *O que motiva os sujeitos de diferentes grupos sociais a visitarem o Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte - MG*. 2015. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2015.

MILANI, Cartos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 11, n. esp, p. 95-113, 2004. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12637/8906>. Acesso em: 18 nov. 2018.

OLLAIK, Leila Giandoni. *A implementação da política nacional de museus e a democratização de acesso: estudo comparativo de três instrumentos governamentais*. 2012. 248 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PEREIRA, Aires José. *Leituras de paisagens urbanas: Um estudo de Araguaína – TO*. 2013. 312f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

RODRIGUES, Wallace. Arte ou artesanato? Artes sem preconceitos em um mundo globalizado. *Cultura Visual*, 1, n. 18, p. 85–95, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcvisual/article/view/5977>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *Social exclusion: concept, application, and scrutiny*. Manila, Philippines: Asian Development Bank, 2000.

Recebido em 19 de maio de 2021

Aceito em 20 de maio de 2024